



# Manual de Revisões do INSS

---

COMO AUMENTAR SEU BENEFÍCIO JÁ CONCEDIDO

Ressurreição Advogados Associados

# O Prazo de Ouro

No Direito Previdenciário, o tempo corre contra você. A maioria das revisões possui um prazo de validade. Se você perder essa data, o direito deixa de existir, mesmo que o erro do INSS seja evidente.



1º Pagamento

10 ANOS



Fim do Direito



## Quando o Relógio Começa?

A contagem inicia no primeiro dia do mês seguinte ao recebimento do primeiro pagamento do benefício. Se você se aposentou há mais de 10 anos, as chances de revisão são mínimas (salvo exceções raras).

# O Que o INSS Esqueceu?

A revisão mais comum e eficaz não depende de teses jurídicas complexas, mas sim de corrigir erros simples: incluir períodos que você trabalhou, mas o INSS ignorou no cálculo inicial.



## Tempo Rural

Períodos trabalhados na roça antes de 1991, muitas vezes desconsiderados por falta de provas na época.



## Tempo Especial

Trabalho insalubre ou perigoso que não foi convertido (multiplicado por 1.4 ou 1.2) corretamente.



## Serviço Militar

O tempo de serviço obrigatório conta para aposentadoria, mas o INSS raramente inclui automaticamente.



## Vínculos na Carteira

Empresas que assinaram a carteira mas não repassaram as contribuições. A responsabilidade é do INSS fiscalizar, não sua.



Ao incluir esses tempos, aumentamos seu Tempo de Contribuição total, o que melhora o Fator Previdenciário e, conseqüentemente, o valor mensal do benefício.

# Revisão da Vida Toda

A tese mais famosa do Brasil sofreu uma reviravolta. Nosso compromisso é com a verdade, por isso explicamos o cenário atual sem falsas promessas.

## O Que Era

A possibilidade de incluir no cálculo da aposentadoria os salários anteriores a julho de 1994 (início do Plano Real). Beneficiava quem ganhava bem no início da carreira e passou a ganhar menos depois.

## A Reviravolta (2024)

Em março de 2024, o STF julgou as ADIs 2110 e 2111 e decidiu que a regra de transição é obrigatória. Na prática, isso **derrubou a tese** da Revisão da Vida Toda para a grande maioria dos casos.



## Nossa Recomendação Atual

Não recomendamos o ajuizamento de novas ações neste momento. Entrar com o processo agora traz um risco altíssimo de improcedência e condenação em **honorários de sucumbência** (você ter que pagar os advogados do governo). Monitoramos o caso, mas não vendemos ilusões.

# O Teto que Subiu

Muitos segurados tiveram seu benefício limitado ao teto na época da concessão. Quando o governo aumentou o teto em 1998 e 2003, o INSS não repassou essa diferença automaticamente.



## Quem Tem Direito?



Principalmente quem se aposentou entre **05/04/1991 e 31/12/2003** e teve o salário de benefício limitado ao teto da época. O STF já decidiu que a recomposição é devida.

# Trabalhou em Dois Lugares?

Até junho de 2019, quem tinha dois empregos sofria um prejuízo enorme. O INSS considerava uma atividade como "secundária" e aplicava um redutor severo no cálculo.

## ✘ Cálculo Antigo (INSS)

Salário Principal  
+

**Apenas uma % do Secundário**

O INSS "desperdiçava" grande parte da sua segunda contribuição.

## ✔ Cálculo Correto (Tema 1070 STJ)

Salário Principal  
+

**100% do Salário Secundário**

Soma integral de todas as contribuições (limitado ao teto).


## Quem Tem Direito?

 Médicos e Enfermeiros

 Professores

 Vigilantes

 Motoristas

 Dentistas

 Engenheiros

# O Erro dos 80%

Durante anos, o INSS calculou errado os benefícios por incapacidade. A lei mandava descartar os 20% menores salários para aumentar a média, mas o INSS incluiu tudo, puxando o valor para baixo.



## O Que o INSS Fez

Calculou a média de **100%** de todos os seus salários de contribuição, incluindo os mais baixos do início da carreira.



## O Que a Lei Manda

Calcular a média apenas dos **80% maiores** salários, descartando os 20% menores. Isso aumenta o valor final.

PERÍODO  
**2002**  
a  
**2009**

## Quem Tem Direito?

- Auxílio-Doença
- Aposentadoria por Invalidez
- Pensão por Morte (derivada desses benefícios)
- Concedidos entre 17/04/2002 e 29/10/2009

# Voltar no Tempo Vale a Pena?

O INSS tem o dever de conceder o melhor benefício possível. Se você já tinha direito adquirido em uma data anterior (quando a regra de cálculo era melhor), você pode exigir que a aposentadoria seja calculada com base nessa data antiga.

## Data do Pedido (DER)

 Pedido em 2023

Regra Pós-Reforma (60% + 2%)

**R\$ 2.800,00**

## Direito Adquirido

 Direito em 2019

Regra Pré-Reforma (Média 80%)

**R\$ 4.100,00**

MELHOR OPÇÃO



## A Lógica do Direito Adquirido

Muitas vezes, vale a pena abrir mão de alguns meses de atrasados para garantir um valor mensal vitalício muito superior. Nós simulamos todos os cenários para encontrar a "Melhor DIB" (Data de Início do Benefício).

# O Tiro Pode Sair Pela Culatra

Pedir revisão é abrir a porta da sua casa para o INSS fiscalizar. Ao analisar seu pedido, o INSS revisa o benefício inteiro, e se encontrar algum erro antigo a seu favor, ele pode reduzir ou cortar sua aposentadoria.



## O Que Você Espera

Aumentar o valor do benefício corrigindo um erro específico (ex: incluir tempo rural).



## O Que Pode Acontecer

O INSS descobre que um vínculo antigo estava errado e **reduz** seu benefício para sempre.



## Trava de Segurança

Nós **jamais** entramos com um pedido de revisão sem antes fazer o cálculo completo. Se a simulação mostrar qualquer risco de redução, nós orientamos você a não mexer no benefício. Segurança em primeiro lugar.



# Ressurreição

ADVOGADOS ASSOCIADOS

Bruna Ressurreição

OAB/RS 113.637

 (51) 99235-4828

 @brunaressurreicaoadv